

**USP SP, a monumentalidade da técnica
sobre o rodoviarismo, 1960**

*USP SP, la monumentalidad de la técnica
sobre el “rodoviarismo”, 1960*

**E5_01: Territórios Educacionais e Monumentalidade na
América Latina, século XX**

Ana Lúcia Cerávolo

UNICEP São Carlos, Brasil

aceravolo@unicep.edu.br

Resumo: As cidades universitárias na América Latina adquiriram um caráter próprio, após a segunda guerra mundial, como obras públicas de escalas urbanas, impulsionadas pela modernização dos recém instituídos estados nacionais. Foram *locus* privilegiados de experimentação do urbanismo e da monumentalidade moderna, de planejamento e infraestrutura urbana, da tecnologia industrial, dos esforços de integração e síntese das artes e adaptação ao clima e à paisagem. No Brasil, a Universidade de São Paulo aportou relevantes contribuições a esse debate. No início dos anos 1960, durante a reitoria do Prof. Antônio Barros de Ulhôa Cintra (1960-3), retoma-se o planejamento do campus à luz de novas ideais de valorização da escola pública e cria-se o Fundo de Construção (FUNDUSP). O primeiro diretor executivo foi o arquiteto Paulo de Camargo e Almeida, que incorporou ao planejamento da universidade alguns dos melhores arquitetos de São Paulo. No contexto geral de transformações da Universidade, o esforço em prol da autonomia e qualificação da escola pública não foram em vão. Os debates impulsionaram mudanças no espaço físico e social da universidade, que foram incorporadas no planejamento. As mudanças mais significativas foram: a realocação do Setor Esportivo, da Praça Central, da Administração Superior e a valorização do setor dedicado às Ciências Humanas.

Palavras-chave: Ensino superior; Campus universitário; Nova Monumentalidade; Tecnologias das construções; Industrialização das construções; USP.

Resumen: *Las ciudades universitarias en América Latina adquirieron un carácter propio tras la Segunda Guerra Mundial, como obras públicas de escala urbana, impulsadas por la modernización de los recién creados Estados-nación. Fueron escenarios privilegiados para la experimentación en urbanismo y monumentalidad moderna, planificación urbana e infraestructura, tecnología industrial, esfuerzos por integrar y sintetizar las artes, y adaptación al clima y al paisaje. En Brasil, la Universidad de São Paulo realizó importantes contribuciones a este debate. A principios de la década de 1960, durante el rectorado del profesor Antônio Barros de Ulhôa Cintra (1960-1963), se retomó la planificación del campus a la luz de los nuevos ideales de valoración de la educación pública, y se creó el Fondo de Construcción (FUNDUSP). El primer director ejecutivo fue el arquitecto Paulo de Camargo e Almeida, quien incorporó a algunos de los mejores arquitectos de São Paulo a la planificación universitaria. En el contexto general de las transformaciones de la Universidad, el esfuerzo por la autonomía y la cualificación de la educación pública no fue en vano. Los debates impulsaron cambios en el espacio físico y social de la universidad, que se incorporaron a la planificación. Los cambios más significativos fueron la reubicación del Sector Deportivo, la Plaza Central, la Administración Superior y la valorización del sector dedicado a las Humanidades.*

Palabras-clave: Educación superior; Campus universitario; Nueva Monumentalidad; Tecnologías de la construcción; Industrialización de la construcción; USP.

Introdução

As cidades universitárias na América Latina adquiriram um caráter próprio, após a segunda guerra mundial, como obras públicas de escalas urbanas, que foram impulsionadas pela modernização dos recém instituídos estados nacionais, durante o século XIX. Foram locus privilegiados de experimentação do urbanismo e da monumentalidade moderna, de planejamento e infraestrutura urbana, da tecnologia industrial, dos esforços de integração e síntese das artes e adaptação ao clima e à paisagem. No Brasil, a Universidade de São Paulo (USP) aportou relevantes contribuições a esse debate. No início dos anos 1960, durante a reitoria do Prof. Antônio Barros de Ulhôa Cintra (1960-3), retoma-se o planejamento do campus à luz de novas ideais de valorização da escola pública e cria-se o Fundo de Construção, conhecido por sua sigla, FUNDUSP.

Embora inspirados em modelos europeus e norte-americanos, as cidades e *campus* universitários na América Latina, a partir da década de 1930, mas sobretudo a partir dos anos 1950, oferecem exemplos expressivos para os campos da arquitetura e do urbanismo (FÁVERO, 2001), em diálogo com o debate contemporâneo. Um dos fatores determinantes para a criação das Cidades Universitárias latino-americanas foi o papel de liderança assumido pelos governos, durante o período de 1930 a 1960, na reestruturação das políticas de educação como políticas de Estado, revisando os programas pedagógicos das universidades para que o ensino superior atendesse às necessidades da sociedade. Nesse sentido, novos cursos foram criados e a configuração de faculdades isoladas foi substituída por cidades universitárias “comprometidas com instituições mais integradas” (HERKLOTZ, 2023).

Exemplos significativos de Cidades Universitárias surgem no Chile (1931), Colômbia (1938), Venezuela (1943), México (1951), Brasil (1931), Argentina (1956), Uruguai (1937), entre outros. Diversas delas integraram a exposição "Latin American Architecture since 1945", organizada pelo crítico Henry-Russell Hitchcock no Museu de Arte Moderna de Nova York (MoMA), em 1955. A exposição e o catálogo resultante reconheceram e apresentaram a arquitetura moderna latino-americana ao público internacional e hoje é considerado um marco historiográfico da arquitetura moderna.

Nesse conjunto de experiências e realizações, a Cidade Universitária Armando Salles de Oliveira (CUASO), da Universidade de São Paulo, no Campus do Butantã, representou uma das significativas histórias de conexão entre urbanismo e arquitetura, com planos urbanísticos que dialogaram com os debates urbanos em diferentes momentos, com contribuições de profissionais relevantes da cena paulista e brasileira.

A origem da Universidade de São Paulo se deu no contexto da Revolução de 1930 e a instalação do governo provisório de Getúlio Vargas que instituiu diversas mudanças na área de educação, entre as quais a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, em 14 de novembro de 1930 pelo Decreto nº 19.402. O primeiro ministro, Francisco Campos, por meio de uma série de decretos, instituiu a chamada Reforma Francisco Campos, fruto de um conjunto de interesses do grupo que assumiu o poder naquele momento. Entre os decretos, destaca-se o de nº 19.851, de 11 de abril de 1931, que define o Estatuto das universidades brasileiras, que dispôs sobre a organização do ensino superior instituindo o regime universitário e estabelecendo que o ensino

superior deveria ser ministrado na universidade (FÁVERO, 2001). Outras questões relevantes foram a obrigatoriedade do ensino primário, a preocupação com a formação de professores, a implementação do ensino profissionalizante e a implantação das primeiras universidades brasileiras (SANTOS, 1997), até então existiam no país faculdades isoladas (PINTO; BUFFA, 2009 e CELESTE FILHO, 2013).

O objetivo do presente trabalho é compreender as concepções que nortearam os três primeiros planos até a consolidação do traçado atual da USP, concentrando a análise em dois momentos principais: os planos de 1954 e 1962 e os embates entre a monumentalidade rodoviarista proposta nos primeiros planos e a proposta do FUNDUSP, coordenada inicialmente, em 1956, por Hélio Duarte e, em seguida, por Paulo de Camargo e Almeida, que tem como eixo central a consolidação de uma Praça Central, que concentra a residência estudantil, a reitoria, além de outros equipamentos e serviços, e se constitui no coração da Universidade, e a valorização das técnicas construtivas.

O planejamento da CUASO e o traçado viário



Figura 01: Plano geral elaborado pelo Escritório Técnico do Plano da Universidade, 1943. Fonte: USP, 1985.

De 1937 a 1941, durante o Estado Novo, as ações na USP ficaram paralisadas. Foram retomados para a definição da Cidade Universitária, que foi criada a partir de duas áreas principais, a primeira, definida em 1941, ficava próxima ao Ribeirão Jaguaré, em terras da antiga Fazenda Butantã. E a segunda, demarcada em 1944, envolvendo uma gleba desapropriada entre a nova e

a velha Estrada de Itu, que somava cerca de 200 alqueires paulista, como foi estabelecido no decreto de criação da comissão presidida pelo reitor (USP, 1985).

Ainda em 1944, foi criada a comissão para a construção da Cidade Universitária - mesmo ano em que o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) iniciou as obras do seu Laboratório de Ensaios na Cidade Universitária. Esta comissão gerou a formação do Escritório Técnico que elaborou os primeiros projetos para construção dos prédios no campus. Depois disso, vários adiamentos e problemas com verba diminuíram ainda mais o ritmo das obras (USP, 1985).

Apenas em 1948, foi instituída uma nova Comissão da Cidade Universitária, pelo governador Adhemar de Barros, que contou com apoio e verbas para seu funcionamento. A nova comissão escolhida e empossada pelo reitor, o professor Lineu Prestes, era constituída pelos professores Ernesto de Souza Campos, Luiz Inácio de Anhaia Mello, Adriano Marchini, José Maria da Silva Neves e Christiano Stokler das Neves. O escritório técnico já existente foi incorporado à Comissão. Os trabalhos foram retomados e compreendiam a urbanização das vias principais e a definição dos diversos setores das unidades da Universidade, que foram aprovados. Projetos de edifícios destinados a abrigar serviços gerais de infraestrutura para o início das obras foram projetados, e foi iniciada a construção. Obras de terraplanagem e levantamentos topográficos do terreno foram efetuados (PINTO; BUFFA, 2009, pp. 76-7).

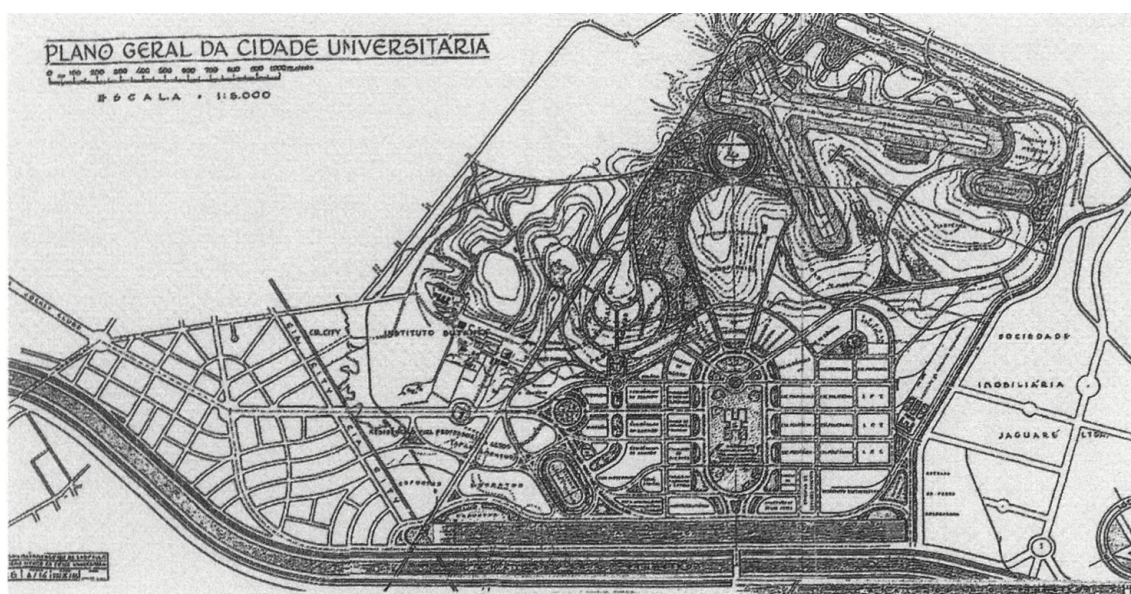


Figura 02: Plano Geral da Cidade Universitária elaborado em 1954. Fonte: PINTO; BUFFA, 2009, p. 84.

A mudança de governo e da reitoria implicaram em alterações na Comissão, que foi dividida em duas novas estruturas: “uma de Planejamento e Execução da Cidade Universitária, responsável pelo projeto e construção de novas obras, e outra de Serviço de Engenharia e do Patrimônio Artístico, praticamente com as mesmas atribuições da anterior” (PINTO; BUFFA, 2009, p. 77). Essa nova organização não funcionou.

A Comissão da Cidade Universitária é reconstituída aos moldes anterior, porém, dessa vez, submetida à Reitoria e ao Conselho Universitário e não mais ao Governo do Estado. Entre 1951 e 1952, os projetos e obras foram intensificados. A região próxima ao Rio Pinheiros, mais plana,

“(...) foi drenada, aterrada em algumas partes e a princípio reservada para a formação de um lago” (PINTO; BUFFA, 2009, p. 78). No entanto, reavaliou-se e o lago deu lugar à raia olímpica.

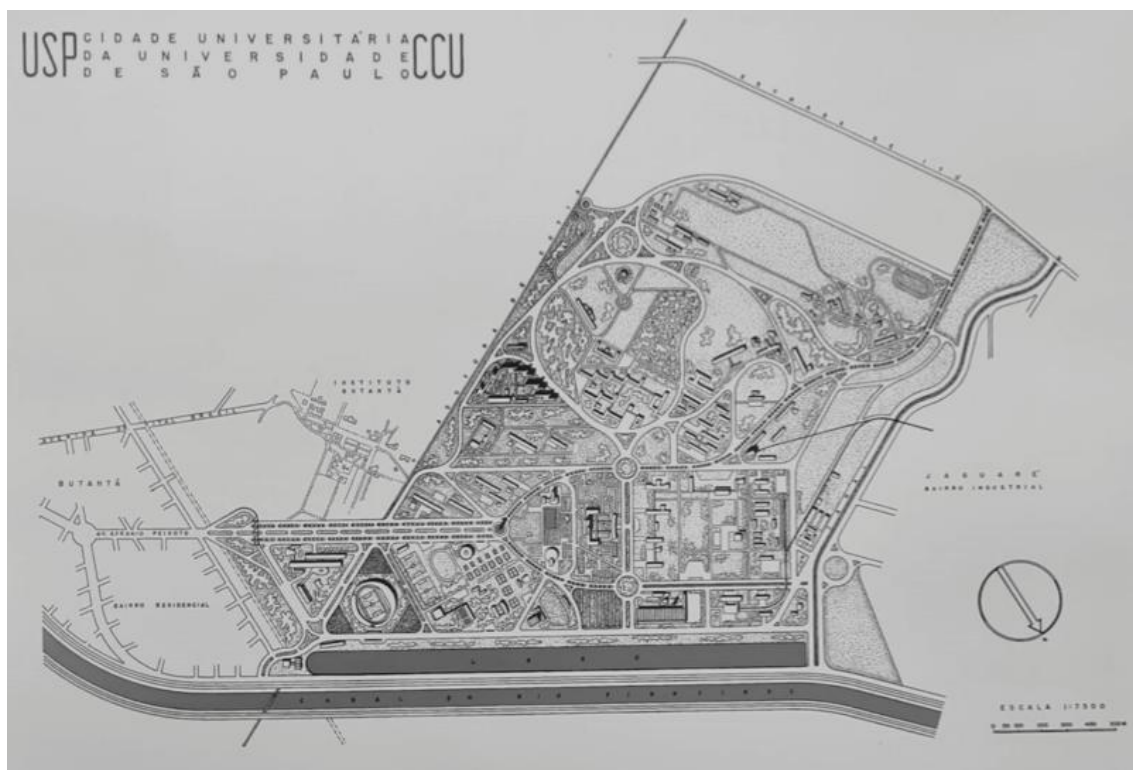


Figura 03: Comissão da CUASO. Plano da Cidade Universitária, 1954. Fonte: HERBST, 2023.

Após 20 anos, em 1955, a cidade universitária ganhava uma constituição concreta. O Plano de 1954 trouxe pela primeira vez “[...] uma via que conduzia diretamente ao cuore da Cidade Universitária”. O centro cívico, projetado por Rino Levi e Cerqueira Cesar, era composto pela torre universitária, reitoria, teatro e biblioteca, com paisagismo de Burle Marx (PINTO; BUFFA, 2009, p. 78). A monumentalidade do traçado viário e o protagonismo do automóvel atinge seu ponto de maior expressão no Plano de 1954.

Esse foi o ponto sensível a ser discutido no Plano de 1956, coordenado pelo arquiteto Hélio Duarte, que assume a coordenação do Escritório Técnico da Cidade Universitária. Duarte apresentou uma proposta de replanejamento da cidade (PINTO; BUFFA, 2009, pp. 78-80), que passou pela revisão do traçado viário e seu caráter monumental, tirando o foco do centro cívico e criando um novo centro comunitário, “[...] que reuniria, além dos edifícios já propostos e da torre, restaurantes universitários, hotel para professores e bolsistas, bares, correios e espaços para festas” (PINTO; BUFFA, 2009, p. 80). O Plano apresentado por Duarte deu maior protagonismo ao corpo acadêmico e o uso dos espaços de uso comum, restringindo com o novo posicionamento do edifício da reitoria e da torre o tráfego de veículos.

A criação do FUNDUSP e novas estratégias para o planejamento da CUASO

Iniciou-se uma nova fase, que abrandou a apologia rodoviarista, e deslocou a discussão para a praça central, que teria a função de “um centro administrativo, cultural e de serviços gerais”. A Praça assumiu um caráter agregador, com espaços de lazer e para manifestações da comunidade

acadêmica. “Os grandes vazios e escolas distantes umas das outras teria um coração, um ponto público de referência (...), região (...) capaz de aproximar toda a (...) universidade” e transformá-la numa “verdadeira cidade universitária” (PINTO; BUFFA, 2009, p. 80), dando-lhe unidade.

A proposta incorporou os debates internacionais ensejados pelo oitavo CIAM, realizado em 1951, em Hoddesdon (Inglaterra), que debateu a relevância do "coração da cidade", ou seja, o valor da história e do lugar, tensionando os princípios funcionalistas da Carta de Atenas (FRAMPTON, 2008, p. 329). Duarte afirma que o “[...] ‘espírito universitário’ não existe per se”. Nesse sentido, “o ‘Core’ torna-se o suporte material, indispensável às interações” entre professores e alunos, “dando-lhes uma atitude mental propícia ao desenvolvimento do ‘espírito universitário’ ”. (DUARTE, 1956, in HERBST, 2023, p. 24)

Ainda em 1956, uma nova mudança. O então governador Jânio Quadros assinou uma lei que deu o nome de Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira" (CUASO) e criou o Fundo para Construção da Universidade de São Paulo (FUNDUSP), viabilizando maior agilidade das decisões e construções (USP, 1985). Foi essa estrutura que nas décadas seguintes deu ao Campus sua configuração atual. O cargo, recém-criado, seria entregue ao Arq. Hélió Queiróz Duarte, então chefe da Comissão de Construção da CUASO. Segundo o Arq. Celso Lamparelli¹, Hélió Duarte abdicou do cargo alegando motivos pessoais. Cogitou-se então o nome de Paulo de Camargo e Almeida², que foi levado e aceito pelo Prof. Luiz Inácio de Anhaia Mello.

Paulo de Camargo foi nomeado o primeiro Diretor Executivo do Fundo, tendo permanecido no cargo até 1966. Há continuidade entre o trabalho iniciado por Duarte, conforme explicou Geraldo Ferraz num artigo publicado em 1962, comentando as visões convergentes dos dois arquitetos em relação ao planejamento do campus.

Inicialmente, cabe recordar que o esforço de Paulo de Camargo e Almeida teve um antecessor na visão doutro notável arquiteto, Hélió de Queiróz Duarte, que colocou o problema do ‘planejamento’ em 1956, quando o Escritório Técnico, sob sua direção, procedeu a um levantamento, que se apresentava como uma contribuição documentária, a ‘Constatação’, estudo em extensão e em profundidade, para ‘a verificação do que havia sido feito, premissa de um estudo-base adequado que poderia sugerir problemas e idéias no replanejamento propriamente dito’. Do que ali se revelou, nasceu parte do atual Planejamento (FERRAZ, 1962, P. 16).

Concomitante às mudanças na equipe de planejamento da CUASO, verificou-se um conjunto de transformações nas Universidades brasileiras em prol da autonomia e qualificação da escola pública no âmbito do governo federal, que tiveram reflexo na USP e levaram à promulgação, em

¹ Em depoimento dado à autora em dezembro de 1998.

² Paulo de Camargo trabalhava na Comissão de Construção da Cidade Universitária desde 1958. Sobre a trajetória profissional do arquiteto ver CERÁVOLO (2000).

7 de junho de 1962, de um novo estatuto, que incluiu a realização de um “Fórum Universitário”³, congregando docentes, discentes e ex-alunos (USP, 1985, p.50).

O replanejamento do espaço físico deveria refletir, assim, o incentivo à pesquisa, ao regime de dedicação integral à vida acadêmica e à participação generosa da Universidade na discussão dos grandes temas nacionais. Embora a organização por Faculdades e por Cátedras tenha sido mantida, houve uma forte disponibilidade dos setores avançados da universidade em instituir uma estrutura baseada em institutos aglutinadores de disciplinas afins.

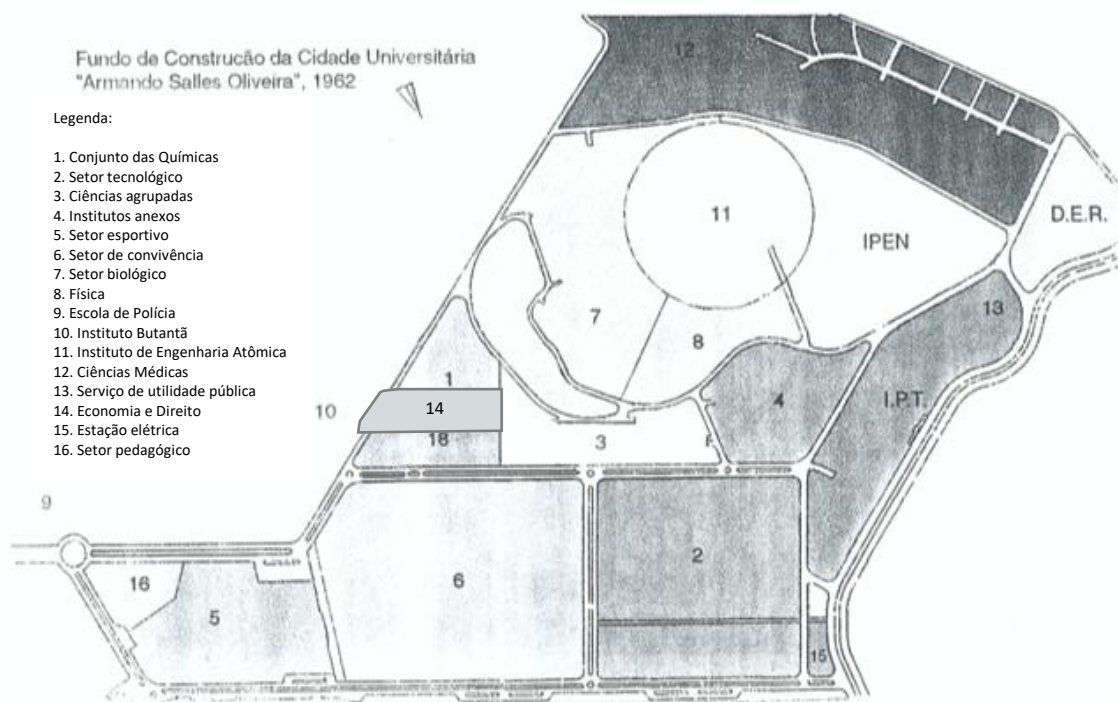


Figura 04: FUNDUSP, Plano Geral da Cidade Universitária com a distribuição das principais áreas, 1962. Fonte: CERÁVOLO, 2000.

Houve mudanças significativas na locação urbanística e no projeto arquitetônico do Setor Esportivo, do Core e da Administração Superior. Retomou-se ainda a valorização das Ciências Humanas, que se traduziu pela disposição dos departamentos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras ao longo da atual Av. Prof. Luciano Gualberto, unidos espacialmente por pátios e terraços que, na prática, constituíam uma grande rua de convivência, estendida desde o atual edifício da História e Geografia até a Faculdade de Arquitetura. Estes edifícios passaram a dominar a paisagem acima do talude da avenida, colocados como transição entre o Setor Tecnológico, no vale, e o Setor Biológico na parte mais alta do campus.

³ Os primeiros eventos do Fórum foram convocados para os dias 10 e 11 de maio de 1963, nos quais se discutiu dois grandes temas: “A integração universitária na Cidade Universitária” e “Plano de Assistência ao universitário”. Estes debates tinham como objetivo a investigação da situação econômica dos estudantes e seus problemas de ajustamento à vida acadêmica (USP, 1985, p. 50). As atividades do Fórum foram interrompidas com o golpe de 1964 e retomadas em 1968.

Abaixo do talude ficava o Centro Cívico e Cultural, que incluía centro de convivência, restaurante, centro comercial, estação rodoviária, centro de saúde, hotel, serviço social e posto de gasolina; a Praça Magna com a reitoria, biblioteca, aula magna e museu; o Core e a habitação estudantil.

Definido o planejamento do campus e as diretrizes projetuais, que enfatizavam a técnica construtiva e a industrialização das construções, o FUNDUSP convidou para a elaboração dos projetos específicos alguns dos mais importantes profissionais que atuavam no ambiente paulistano. Dos vários projetos elaborados⁴ foram construídos: os 6 blocos residenciais (CRUSP), projetados por Eduardo Kneese de Mello, Joel Ramalho e Sidney de Oliveira; os edifícios de Minas e Metalurgia, projetado por Oswaldo Batke; os edifícios da História e Geografia, projetado por Eduardo Corona e o Estádio Olímpico, projetado por Ícaro de Castro e Mello.

A dinâmica de trabalho imposta por Paulo de Camargo é registrada por Geraldo Ferraz (1962), que ressalta a forma séria e responsável como as atividades foram conduzidas, diferentemente dos valores que orientaram Brasília, revelando as críticas e divergências internas entre os arquitetos brasileiros.

Cabe, ao assinalar que disposto o Planejamento, [...] o arquiteto Paulo de Camargo e Almeida tenha considerado ultimado o trabalho para que se passasse à ‘demonstração arquitetônica’, a qual, em sua orientação, que consideramos a mais acertada, deveria moldar-se ‘sem os formalismos e os luxos condenáveis que vimos percebendo e sentindo nas realizações da arquitetura mundial contemporânea’.

Essa orientação, aliás, parece-nos estar informando amplamente o espírito da nova arquitetura, que se desliga dos deslumbramentos do desenho para ater-se a uma mentalidade crítica, fundamentada nos dados construtivos [...]. A displicência programática, plástica, formalística, em benefício de uma arquitetura de valores monumentais, como predominou em Brasília, aqui não tem lugar (FERRAZ, 1962, pp. 17-8).

Considerações finais

Em 1966, com a mudança na reitoria e a entrada de Luís Antônio da Gama e Silva houve um recrudescimento político na Universidade, o que levou ao pedido de demissão de Paulo de Camargo. O Conjunto Residencial, considerado por Camargo como a grande realização de sua gestão no Fundo, tornou-se centro de uma grande polêmica. Paulo de Camargo assume a defesa

⁴ Outros projetos realizados no período: Arquitetura e Urbanismo: J. Vilanova Artigas; Sociologia e Filosofia: Paulo Mendes da Rocha; Geologia, Paleontologia, Mineralogia e Petrologia: Pedro Paulo de Melo Saraiva; Letras: Carlos Barjas Milan; Centro Cívico e Cultural: Rino Levi; e Matemática: Joaquim Guedes. Sobre o tema ver Cerávolo (2000).

contra a demolição do bloco e a alteração do sistema viário proposto no Plano, sendo um dos responsáveis pela Ação Popular contra a reitoria.

O Reitor propôs que a avenida de entrada fosse prolongada até a Reitoria, atravessando a área prevista para esportes, comprometendo o projeto do Centro Social e obrigando a demolição de um bloco do Conjunto Residencial, destruindo todo o projeto destas áreas. Professores, estudantes e órgãos profissionais, como o IAB-SP, se manifestaram contrariamente e apelaram para que o Reitor retirasse a proposta.

A avenida monumental desprezava completamente a intenção original do Plano, elaborado em 1962, de estabelecer uma ligação harmoniosa com a cidade, onde o tráfego de chegada deveria ser sempre pelas laterais e pelas marginais, nunca frontal aos setores de convivência, como explica Paulo Mendes da Rocha.

A Grande Avenida do projeto original faria o contorno da Cidade Universitária e daria escoamento para o Norte, Sul, Leste e Oeste de São Paulo e para as entradas rodoviárias. Além disso, ao lado do rio passa a Estrada Sorocabana, a ser ligada ao Metrô. Tudo isso significa que haveria transporte rápido e fácil para os setores cultural, social, esportivo e residencial da Cidade Universitária, que ficariam exatamente ao lado do rio. Aí é que apareceria o grande público. Mais afastados para lá da esplanada, ficariam os prédios de atividades técnicas, de pesquisa e tecnologia, menos procurados (JORNAL da Tarde, 1966).

Começou aí um importante capítulo político da história da USP. Professores e alunos decidem entrar na justiça com uma Ação Popular contra o Reitor. Em novembro daquele mesmo ano, Paulo de Camargo proferiu uma Conferência⁵ no Conjunto Residencial da Cidade Universitária, sobre o tema da “Construção da Cidade Universitária”. Procurou demonstrar em sua explanação que o plano diretor, do qual fez parte, havia sido radicalmente modificado, e que embora não quisesse criticar a Universidade, ele era contrário a essas modificações⁶. No entanto, num desfecho traumático confirmou-se a demolição dos prédios.

É notório, portanto, que há aspectos do desenho urbano viário e da setorização da CUASO que não se devem ao “pensamento urbanístico modernista dos anos 1950” (PDP, 2025), como apontou o diagnóstico do Plano Diretor Participativo. Ao contrário, “a implantação de unidades isoladas no interior de grandes áreas livres vegetadas, conectadas através de um sistema viário que privilegiava a mobilidade motorizada [...], evitando cruzamentos e secundarizando os pedestres” (PDP, 2025) é fruto de um embate de diversos profissionais contra decisões autoritárias oriundas do golpe militar de 1964.

⁵ Trechos do relatório que descreve de forma detalhada parte da Conferência: “Levamos ao conhecimento dessa Chefia que, segundo nossos observadores, realizou-se na noite de ontem, dia 26, das 20:30 às 23:00 horas, no Conjunto Residencial da USP, perante, aproximadamente 150 pessoas (estudantes em quase toda sua totalidade), uma conferência do Professor PAULO CAMARGO DE ALMEIDA, sob o tema, digo, sobre o tema “Construção da Cidade Universitária”. (CERÁVOLO, 2000)

⁶ Arquivo do DEOPS no Arquivo do Estado, Pasta 50 - C - 22 – 1789.

A decisão, tomada em 1966, de demolir um dos prédios do CRUSP para a construção de uma avenida monumental que desse acesso ao campus, proposta pelo Reitor Gama e Silva e referendada pelo Conselho Universitário, é um exemplo de intervenções não previstas, motivadas por circunstâncias políticas, realizadas nos planos, que acarretaram várias distorções e criaram problemas no espaço físico e social do campus. Compreender essas nuances é a possibilidade de restituir os conflitos e pensamentos que geraram o espaço atual, possibilitando que a Universidade seja de fato um lugar de memória e valorize os atores que lutaram contra as arbitrariedades durante a sua constituição e consolidação.

Por fim, este pequeno artigo nos conduz pelas contradições da historiografia, no qual como alertou Walter Benjamin (1994) construímos apagamentos. Na visão de Benjamin, a tarefa do historiador, como do artista e do filósofo é “não somente a de salvar o passado para o presente, mas, do mesmo modo, salvá-lo do presente”. Ao desqualificar o passado, entendendo-o como processo a ser superado, desqualifica-se também os sujeitos da ação. A Memória”, alerta Hannah Arendt, pode se “tornar um lenitivo contra a História”, opondo o historiador, que está necessariamente “articulado aos detentores do poder”, e quem produz a Memória, ou seja, o “portador do ‘verdadeiro’ passado (MAGALHÃES, 2006, p. 58.). De uma maneira ou de outra, oculta-se os embates que nos trouxeram ao presente.

Referências

ALFARO, Carlos Garcíavelez. *Forma e Pedagogia: el diseño de la ciudad universitaria en América Latina*. Cambridge: Harvard University, 2014.

BENJAMIN, Walter. **Sobre o conceito de história**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BUFFA, Ester; PINTO, Gelson Almeida. O território da universidade brasileira: o modelo de câmpus. **Revista Brasileira de Educação**, v. 21 n. 67 out.-dez. 2016, pp. 809-31.

CELESTE FILHO, Macioniro. *A constituição da Universidade de São Paulo e a Reforma Universitária da década de 1960*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

CERÁVOLO, Ana Lúcia. Paulo de Camargo e Almeida: arquitetura total na trajetória de um arquiteto brasileiro. **Dissertação** (Mestrado). Escola de Engenharia, Universidade de São Paulo. São Carlos, 2000.

DEOPS. relatório reservado de um informante do DEOPS. **Arquivo do DEOPS no Arquivo do Estado de São Paulo**, Pasta 50 – C – 22 – 1484. 1962

FÁVERO, M. de L. de A.. Da cátedra universitária ao departamento: questões para um debate. In: SGUISSARDI, V. e SILVA JÚNIOR, J. dos R. (Orgs.). **Educação superior: análise e perspectivas de pesquisa**. São Paulo: Xamã, 2001.

FERNANDES, Florestan. **A questão da USP**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FERNANDES, Florestan. **A universidade brasileira: reforma ou revolução?** 2.ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.



FERRAZ, Geraldo (1962). CUASO: A Cidade Universitária de São Paulo. **Habitat**, n. 69, SP, set.,

GOLDEMBERG, José. **USP 80 anos**. São Paulo: EDUSP, 2015.

HERBST, Helio. Em toda parte, em parte nenhuma: considerações sobre a Torre do Relógio, monumento-símbolo da Universidade de São Paulo. Revista ARA, nº 14. 2023, out. Disponível em <https://scispace.com/pdf/em-toda-parte-em-parte-nenhuma-consideracoes-sobre-a-torre-4ghtsy24jb.pdf>. Acesso em 25/10/2025.

HERKLOTZ, Maria de Júlia de Castro. Cidades Universitárias modernas na América Latina: programa, lugar e identidade. **Dissertação** (Mestrado), São Paulo: FAU USP, 2023.

JORNAL da Tarde. “Uma avenida cria problemas”. **Jornal da Tarde**, São Paulo, 1/nov./1966.

MAGALHÃES, Marionilde Brepohl de. Memória e História: Hannah Arendt em diálogo com Walter Benjamin. Revista de Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre: PUCRS, Edição Especial, n. 2, 2006.

PINTO, Gelson Almeida, BUFFA, Ester. **Arquitetura e educação: campus universitários brasileiros** [online]. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO (PDP). **Plano Diretor Participativo do Campus USP Capital-Butantã**. São Paulo: Elaborado pela Equipe Técnica do Plano Diretor Participativo, 2025. Disponível em <https://planodiretor.cb.usp.br>. Acesso 25/10/2025.

RANIERI, N. (Org.). **Autonomia Universitária na USP: 1934-1969**. São Paulo: Edusp, 2005.

SEIXAS, Jacy Alves de, “Percursos de Memória em Terras de História: Problemáticas Atuais” in orgs. BRESCIANI, Stella, NAXARA, Márcia. **Memória e (Res) sentimentos: indagações sobre uma questão sensível**, 2. ed., Campinas, SP, Editora da UNICAMP, 2004.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). **Alma Mater**. São Paulo: EDUSP, 1997.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). O Espaço da USP: Presente e Futuro, publicação da Prefeitura Campus Capital-Butantã da Universidade de São Paulo em comemoração ao cinquentenário da Universidade. São Paulo: USP, 1985.